

## **AS POLÍTICAS CURRICULARES ENQUANTO DISCURSO: UM OLHAR PARA O/S CURRÍCULO/S A PARTIR DO DIÁLOGO COM AS DIFERENÇAS**

Jéssica Rochelly da Silva Ramos<sup>1</sup>

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – [rochellyramos@hotmail.com](mailto:rochellyramos@hotmail.com)*

Kátia Silva Cunha<sup>2</sup> (Orientadora)

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – [kscunha@gmail.com](mailto:kscunha@gmail.com)*

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta algumas considerações acerca do multiculturalismo como abordagem que promove um diálogo com as diferenças na elaboração e nos encaminhamentos reais do currículo escolar. No entanto, apresentamos ao longo do texto a importância de analisar a literatura pós-moderna sobre as concepções de currículo, bem como interpretar seus sentidos e significados. A partir dos estudos de Lopes (2004; 2006), Macedo (2006), Quijano (2005), Santos e Meneses (2009), Silva (2002), Canen e Moreira (2001), Moreira e Candau (2013) nos propomos a discutir sobre a importância de analisar os currículos escolares e as práticas curriculares e educativas a partir de uma abordagem teórica multicultural, ressaltando a educação como direito humano subjetivo. A natureza da metodologia desta pesquisa é bibliográfica, e por fim, situamos a necessidade de romper com o paradigma dominante e ampararmos no paradigma emergente, trazendo a utopia como uma epistemologia das possibilidades, uma abordagem que proporciona o diálogo em sua completude com as diferenças e contribua para o debate sobre a necessidade de uma elaboração de um currículo que problematize as diferenças e questões socioculturais, um currículo pautado no multiculturalismo.

**Palavras-chave:** Políticas Curriculares, Currículo, Diferença, Multiculturalismo, Utopia.

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste texto<sup>3</sup> é apresentar algumas considerações acerca da importância de um diálogo com as diferenças na elaboração e nos encaminhamentos reais do currículo escolar, na tentativa de tecer uma discussão sobre a descentralização de um currículo hegemônico e eurocêntrico e contribuindo para o debate sobre a necessidade de uma elaboração de um currículo que problematize as diferenças e questões culturais, um currículo pautado no multiculturalismo.

---

<sup>1</sup> Pedagoga pela UFPE /CAA e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – PPGEDUC pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/ Centro Acadêmico do Agreste- CAA.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação, em Ciências e Matemática – PPGEEM da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA e professora do Núcleo de Formação Docente- NFD da UFPE/CAA.

<sup>3</sup> Este artigo é fruto dos estudos realizados na disciplina “Currículo e Docência” do Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências e Matemática – PPGEEM oferecido pela UFPE/CAA.

Para tanto, tratamos o multiculturalismo como campo e abordagem teórica capaz de trazer um tratamento didático-metodológico às questões culturais que perpassam o seio da escola, na busca pelo reconhecimento da diversidade cultural como parte integrante do contexto e do currículo escolar desvelando nesse espaço a importância de tomar consciência dos nossos enraizamentos culturais, sendo capaz de reconhecê-los, nomeá-los e trabalhá-los no ambiente escolar.

No primeiro momento, iniciamos uma pauta sobre as relações de poder-saber e sua estreita relação na elaboração e construção de políticas públicas educacionais, indagando sobre o percurso da política, ora enquanto texto, ora como discurso de ampla abrangência no âmbito da prática. Intentamos neste item, focar as diferenças de identidades e contextos em que os discursos são construídos, a necessidade de afirmar tais diferenças e culturas nas políticas de currículo/s, indagando sobre como as ações do Estado frente à sociedade civil são elaboradas e reconfiguradas.

No segundo momento, nos propomos a indagar sobre qual a/s ideia/s de currículo/s na contemporaneidade, de modo a questionar as figuras de representatividade em torno das concepções de currículo nos diferentes níveis de educação, destacando a relevância de extrapolar este entendimento de currículo enquanto texto organizacional, ampliando a ideia de currículo enquanto espaço de identidade, da diferença, do lugar das conquistas e das transgressões, pois quando consideramos currículo enquanto discurso, estes sentidos práticos de transgressão ganham corpo no âmbito escolar, colocando o diálogo entre as diferentes culturas em evidência, como nos propõe Santos (2006), além de analisar a proposta do multiculturalismo como uma epistemologia da diferença, uma abordagem teórica que caminha frente ao favorecimento de um diálogo entre as diferenças socioculturais dos sujeitos na escola.

## **1.CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Nossa pesquisa surge a partir dos estudos e das discussões proferidas no âmbito do componente curricular ‘Currículo e Docência’, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências e Matemática – PPGEEM, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, frente ao cenário nacional de discussões acerca das políticas curriculares e da homogeneização do ensino através da proposta da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Assim, essa pesquisa de cunho bibliográfico – bibliográfica pois, na medida em que proferimos estudos no âmbito dos escritos de currículo/s, políticas curriculares, o

multiculturalismo crítico ou interculturalidade, currículo, conhecimentos e cultura - está respaldada nas técnicas e métodos conhecidos como pesquisa qualitativa uma vez que quando tratamos de analisar aspectos voltados à educação não podemos apenas quantificar, entretanto, esse tipo de pesquisa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e que essa subjetividade nessa relação não pode ser quantificada (MINAYO, 2012), mas tão somente compreendida através dos sentidos e significados que permeiam tais contextos discursivos em torno da/s concepção/ões de currículo/s.

Sobretudo, situamos que o ensaio crítico realizado neste texto, se situa no campo teórico da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), uma abordagem teórica e analítica que nos possibilita compreender as políticas curriculares a partir da perspectiva discursiva, no caso específico, possibilita a compreensão dos sentidos e significados que permeiam as concepções de currículo/s nas políticas, tanto na política enquanto texto e documento, como também enquanto prática social. Nesta perspectiva teórica da TD, a realidade do social é construída discursivamente por meio de arenas e processos de disputas, negociações e resistências entre diferentes discursos que ao entrar em conflito, articulam-se e/ou deslocam-se na busca para atribuir sentidos as práticas sociais, sendo assim, as políticas curriculares se constituem, para nós, enquanto discurso.

E, portanto, essa discussão se faz necessária na medida em que, consideramos que nem os sujeitos nem os sentidos, nem tampouco os discursos são acabados, prontos, todos estes estando sempre se fazendo, constituindo-se e construindo-se a partir de um trabalho contínuo, do simbólico e da forma como se inscrevem na história (ORLANDI, 2015).

## **2.RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

### **2.2.A Relação entre Estado e Políticas: no que tange às Discussões sobre Currículo/s e Cultura**

Na contemporaneidade, observamos o quanto o debate sobre o Estado e sobre as Políticas vão avançando e incorporando-se das disputas presentes nos espaços de discussões,

tanto no âmbito das universidades quanto nos campos científicos voltados à propagação de pesquisas.

Cabe-nos refletir, então, acerca do poder do Estado nas construções das políticas públicas curriculares e suas implicações no âmbito educacional, de antemão, deixando explícito que, essa relação de construção não é uma ação pensada estritamente pelo Estado. Sabemos que esta elaboração de políticas públicas ocorre a partir de uma falta, que se coloca em evidência a partir das lutas e embates dos movimentos sociais, sendo assim, essa construção de políticas é fruto de uma correlação de forças entre a sociedade civil organizada e Estado, e ao resistir contra a tentativa de homogeneização, os movimentos sociais trazem à tona questões específicas de um povo, como por exemplo a cultura, para serem pensados e refletidos e implantados nas políticas públicas curriculares.

Para tanto, toda vivência em sociedade, enquanto experiência social produz e reproduz conhecimentos, e ao construir esse conhecimento pressupõe uma ou várias epistemologias na elaboração e/ou na construção do conhecimento. Neste sentido, Santos e Meneses (2009, p.09) define que “Epistemologia é toda noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”. Sendo assim, entendemos que as questões do poder-saber são fortes na sociedade vigente, porém, compreendemos que essas relações destacadas nas últimas pesquisas, precisam ampliar seus resultados mostrando que as questões centrais das discussões sobre o Estado e políticas se dão para além das questões de classes, e dos limites e possibilidades da ação do Estado e das suas propostas na prática.

Neste sentido, reconhecemos que as análises de políticas necessitam apoiar-se no conceito, mas também na análise da ação do Estado junto a ação da sociedade civil na política ou as tensões entre sociedade civil e sociedade política. Pois, entendemos que essa relação não é verticalizada, perpassando por tensões fruto das lutas e resistências da sociedade civil em busca pelo reconhecimento da diferença, de sua cultura.

De acordo com Lopes (2006), ainda sobre as pesquisas que abordam as políticas como fruto da decisão de um Estado coercitivo e os discursos de homogeneização advindos da globalização da economia, o discurso de que existe uma homogeneidade imposta pela globalização da economia, capaz de limitar os sentidos das políticas, os resultados desses trabalhos, tratados em conjunto, expressam diferentes dinâmicas de resistência e reinterpretção das orientações do Estado ou mesmo de produção para além da assimilação dos marcos centralizados. É justamente no sentido de compreender essas múltiplas dinâmicas,

capazes de reconfigurar o escopo das ações do Estado, que considero importante seguirmos nas pesquisas em políticas de currículo (LOPES, 2006).

Dessa forma, é possível compreender as diferenças de identidades e contextos em que os diversos discursos são construídos no âmbito da afirmação da diferença e da cultura nas políticas de currículo, políticas estas consideradas enquanto texto e como discurso. Isto implica que nesta lógica de análise, é possível entender a políticas em sua completude, considerando a dinâmica em que os escopos das ações do Estado são elaborados e/ou reconfigurados. O que Lopes (2006) defende, na verdade, é a ampliação das discussões teóricas sobre políticas de currículo, considerando a necessidade de interpretar em outras bases, os discursos produzidos acerca das Políticas de Currículo da atuação do Estado, além das práticas curriculares. Sendo assim, nos propõe é que a partir da incorporação de bases e análises contemporâneas torne possível interpretar as relações entre Estado e políticas de currículo.

Nesse quadro de incorporação de bases teórico-analíticas contemporâneas e das relações entre Estado e políticas de currículo, inclui-se também a contribuição do conceito de comunidades epistêmicas que permite, a meu ver, aprofundar a compreensão das relações saber-poder nas políticas de currículo no mundo globalizado. Partimos do pressuposto de que tais comunidades fazem circular, no campo educacional, discursos que são base da produção de sentidos e significados para as políticas de currículo em múltiplos contextos, em uma constante tensão homogeneidade-heterogeneidade (LOPES, 2006).

Nesta perspectiva, nos propomos a pensar as relações entre cultura e currículo, para além das relações binárias entre produção e reprodução cultural, expressas nos termos currículo como fato e currículo enquanto prática, como se essa relação fosse fragmentada e dissociável, entendendo a necessidade de iniciarmos discussões que tratem o poder numa perspectiva mais oblíqua (CANCLINI, 2013).

O que buscamos refletir nesta pesquisa, não são os fatores que impossibilitam que as políticas compreendam as múltiplas culturas nos espaços escolares, mas compreender quais são os espaços em que essas possibilidades de vivenciar as diferenças nos currículos e nas políticas curriculares ganham forças, e se reconstroem em torno de resistências. Sendo assim, enfatizamos que se o currículo pode ser um espaço de reprodução das igualdades, ele também pode surgir como sendo um espaço de contestação e sendo assim, o currículo pode ser constituído, a partir de embates e lutas, num espaço de reafirmação de identidades, de diferenças e de culturas.

Toda política curricular é, assim, uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo (LOPES, 2004, p. 111).

Lopes (2004, p.112) aponta ainda, para os processos de negociações complexos a que as políticas curriculares se postam, processos estes como “a produção dos dispositivos legais, a produção dos documentos curriculares e o trabalho dos professores” como momentos indissociáveis e imbricados entre si. Os textos produzidos nesses momentos da política, registrados por meio da escrita ou não, não são fechados e não tem sentidos fixos e, nem tampouco, claros.

Concordamos ainda com Lopes (2004, p. 112) no que se refere ao entendimento de que as políticas são bem mais amplas de que os documentos e textos escritos, “mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação. São produções para além das instâncias governamentais”. Essa visão, não significa, de forma alguma, desconsiderar as relações poder-saber existentes, nem tampouco o poder privilegiado que o Estado possui na produção de sentidos no âmbito das políticas, mas considerar, sobretudo, que na medida em que nas escolas são vivenciadas práticas e desenvolve suas propostas, também são produtoras de sentidos que interferem e se relacionam nas políticas curriculares.

Por fim, trazemos a ideia de currículo aqui, com base em Macedo (2006), não sendo considerado como um cenário em que as diferentes culturas lutam pela legitimidade ou um território contestado, mas como uma prática cultural que envolve, ela mesma, a negociação de posições ambivalentes de controle e resistência. O cultural não pode, na perspectiva que defendemos, ser visto como fonte de conflito entre diversas culturas, mas como práticas discriminatórias em que a diferença é produzida. Isso significa tentar descrever o currículo como cultura, não uma cultura como repertório partilhado de significados, mas como lugar de enunciação (MACEDO, 2006, p. 105). A partir do exposto, percebemos que não é possível contemplar as culturas, ou seja, homogeneizar aspectos de várias culturas em um único currículo, “pois o currículo é ele mesmo um híbrido, em que as culturas negociam com-a-diferença” (MACEDO, 2006).

Neste sentido, acreditamos que há uma necessidade de resistirmos aos modelos e padrões que nos são dados, na tentativa de (re) criar e construir novas hegemonias, novos

sentidos a partir da luta por processos políticos mais justos e de igualdade social, garantindo o direito à participação na elaboração das políticas pública, mas sobretudo, garantindo o direito legítimo de uma educação de qualidade que considere, sobretudo, as diferenças e pluralidades dos sujeitos. Pois, como nos explica Cunha (2013, p. 270), “os sentidos são criados nas relações sociais e históricas, quando os sujeitos buscam dar significado às coisas, ao seu fazer e seu viver. Este processo de significação é contingente, social, político e histórico”, os sentidos que são dados ao currículo configuram-se e reconfiguram-se continuamente a partir da linguagem, de sua historicidade e de como estas questões se inscrevem na história, no social.

É na verdade, uma nova forma, de nos libertarmos do espelho eurocêntrico e da visão simplista, a qual nos é destinada e começamos a entender os sentidos que permeiam a historicidade, a ideia de quem realmente somos a partir da nossa experiência histórica e cultural nas vivências dos currículos escolares e na elaboração/ resistência de políticas curriculares mais justas.

### **2.3. Currículo e Multiculturalismo: Um olhar para o Tratamento e Diálogo com as Diferenças**

A realidade brasileira vem mostrando, historicamente, fortes desigualdades econômicas e sociais que alguns grupos tratados socialmente como inferiores enfrentam. Nesse sentido, podemos destacar o currículo como um espaço onde as políticas ideológicas tomam corpo de modo a organizar a vida escolar. Dessa forma, se faz necessário um olhar minucioso acerca dos elementos constitutivos desses discursos nos currículos escolares e nas práticas educativas vivenciadas pela escola na atualidade.

Temos uma preocupação em relação ao significado epistemológico da palavra ‘currículo’, pois há divergências na construção do seu conceito por ser uma construção social complexa e socialmente não determinada e por se tratar de uma prática de cunho político que condiciona valores teóricos no desenvolvimento. Mesmo entendendo a complexidade do termo, nos asseguramos e nos reportamos as concepções de currículo elaborados por Moreira (2008) quando o mesmo ressalta que

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis. Em virtude da importância desses processos, a discussão em torno do currículo assume cada vez mais lugar de destaque no conhecimento pedagógico (MOREIRA, 2008, p. 11).

Pensar o currículo a partir do conceito supracitado, nos remete a reflexão de um discurso para além de um documento formal, o vemos como um contexto de discursos ideológicos expressos em sua realidade. Essa ideia de currículo inclui ainda de acordo com Moreira (2008, p. 15) “a visão de currículo como um campo de lutas e conflitos em torno de símbolos e significados”. Portanto, sem neutralidade alguma, o currículo é guiado por ideais de alguns grupos ‘tidos’ historicamente como sujeito de cultura válida, dignos de ser os detentores de um conhecimento verídico e digno de ser reproduzido na escola, porém, concomitante a isto, conflitos são colocados na agenda política de reivindicação pelo reconhecimento e respeito à pluralidade cultural invisibilizadas nesses contextos.

Um dilema bastante e amplamente disputado no âmbito dos estudos culturais, principalmente no que concerne aos estudos sobre o multiculturalismo, é a relevância de proporcionar espaços que favoreçam a reflexão e tomada de consciência sobre a nossa história, nossa identidade cultural, e os contextos socioculturais em que vivemos nos dias atuais que advém da história do nosso país.

Depois das teorias críticas e pós-críticas, o olhar que dirigimos ao currículo, este como sendo uma construção social, é tomado por desconfiança, um olhar atento para a essência subjetiva desse currículo. De acordo com Silva (2002) não podemos olhar o currículo com a mesma inocência que olhávamos antes, nas teorias tradicionais.

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2002, p. 150).

Boaventura de Souza Santos (2006) ao contribuir sobre a discussão aponta o multiculturalismo como uma forma de reconhecimento e tratamento de diversas culturas, bem como expressa a preocupação com o processo de globalização afirma que o mundo é um “arco-íris de culturas”. De fato, percebemos a necessidade de esses elementos plurais, identitários e culturais se fazerem presentes no âmbito do currículo, este que é uma trajetória de vida condicionante de discursos e textos, este que proporciona um percurso de vida dos sujeitos.

Quando falamos sobre multiculturalismo estamos nos guiando pela perspectiva de um multiculturalismo aberto e interativo podendo ser denominado também como interculturalismo. Para citar esta denominação nos respaldamos a partir da concepção de Moreira e Candau (2013, p. 22) a qual “acentua a interculturalidade por considerá-la mais



adequada para a construção de sociedades democráticas, pluralistas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade”.

Ainda nesta perspectiva, vale destacar que Canen e Moreira (2001) destaca que o multiculturalismo não se trata de reduzir ao espaço de uma disciplina a ser incluído no currículo das escolas ou no currículo de cursos de formação de professores,

Uma perspectiva multicultural deve informar os conteúdos selecionados em todas as áreas do conhecimento, contribuindo para ilustrar conceitos e princípios provenientes de culturas diversificadas, focalizar as diferenças como processos de construção, decodificar teorias e conceitos na perspectiva do outro, bem como desconstruir mensagens etnocêntricas, racistas e discriminatórias presentes nos materiais didáticos e nos discursos da sala de aula (CANEN E MOREIRA, 2001, p. 32).

Sendo assim, o multiculturalismo crítico e/ou interativo ou interculturalidade é uma forma de articular a diferença com a igualdade, mantendo a inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes na sociedade. Neste contexto, os autores ainda situam que a educação numa perspectiva multicultural defende o reconhecimento do “outro”, promove o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Essa perspectiva ainda,

Rompe com visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas são históricas e dinâmicas. Não fixam as pessoas em determinado padrão cultural engessado (MOREIRA E CANDAU, 2013, p. 22).

Portanto, entendemos que uma escola que valoriza os sujeitos em suas diferenças e trabalha com um currículo multicultural, possibilita não só a negação ao padrão hegemônico de cultura, como também auxilia no processo de reconhecimentos de identidades, bem como na representação que temos do outro.

Neste sentido, cabe-nos observar como está se dando os processos de formação dentro da escola, indagando sobre o currículo escolar (A serviço de quem? Elaborado para quê? Destinado a quem?), estimulando através dessas reflexões a capacidade de a escola ser sensível e favorecer o dinamismo nas práticas educativas, bem como valorizando o caráter multicultural na elaboração do currículo. Ainda nesta perspectiva, ao indagar sobre o projeto curricular hegemônico nas escolas, Moreira e Candau (2013) nos faz refletir sobre o caráter monocultural da cultura escolar, retratando ainda, que este caráter “único” da organização escolar baseada numa cultura hegemônica e eurocêntrica tem implicações muito negativas para a prática educativa.

Os autores ainda enfatizam quais são as implicações que esses processos de negação da cultura trazem para estes estudantes, ressaltando que atingem principalmente, aqueles que

estão oriundos de contextos que historicamente não foram valorizados pela sociedade e pela escola. Sendo assim, algumas dessas implicações são:

A excessiva distância entre suas experiências socioculturais e a escola, o que favorece o desenvolvimento de uma baixa autoestima, elevados índices de fracasso escolar e a multiplicação de manifestações de desconforto, mal-estar e agressividade em relação à escola (MOREIRA E CANDAU, 2013, p. 27).

Moreira (1997) ainda enfatiza que na análise e compreensão da prática curricular, um conceito que tem ganhado espaço nas discussões e se tornou um elemento transgressor de um currículo e da escola, é o conceito de currículo oculto. O conceito de currículo oculto é entendido como “normas e valores que são implícitas, porém efetivamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação feita pelos professores dos fins ou objetivos” (APPLE, 1982, p. 127 apud MOREIRA, 1997, p. 14).

Ainda nesta perspectiva, a ideia de currículo oculto vem a ampliar-se sendo substituída por um significado mais complexo, se ressignificam num contexto de lutas ideológicas e políticas, onde “as contradições, conflitos e resistências vem a desempenhar papel de relevo” nas mudanças sociais (MOREIRA, 1997, p. 14).

Portanto, compreendemos o quanto importante é possibilitar a construção de espaços de conflitos e resistências, tratar questões relativas às diferenças e pluralidades culturais num quadro mais amplo de discussão, nos currículos e nas escolas. Ressaltamos ainda, que buscamos com esta discussão, para além do resumo e de destacar as descrições das várias nuances culturais em pauta, o que objetivamos, de fato, é a inclusão dessas identidades, é fazer uma análise dessas desigualdades nestes espaços de conflitos, deixando em evidência as exclusões e os silêncios, o que nos possibilita vislumbrar a partir deste texto, um espaço de discussão, de resistência, posicionamentos e conflitos no tratamento e na análise contemporânea do currículo a partir de uma abordagem multicultural.

### **3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A partir dessa pesquisa, e principalmente após as leituras realizadas durante os trabalhos desenvolvidos no âmbito do campo do currículo em estudo, podemos, por fim, refletir e inferir os resultados alcançados dissertando acerca dos achados teóricos sobre a importância do diálogo com as diferenças na elaboração e nos encaminhamentos reais do currículo escolar.

As nossas conclusões apontam que há diversas formas de fazer ciências e de conhecimentos, porém, o que observamos a partir da análise pós-moderna na literatura sobre

currículo, é que os currículos são campos de concentração de poder-saber pautados de uma lógica de poder constituída historicamente como única e verdadeira. Sendo assim, precisamos repensar esses modelos de organização do ensino pois necessitamos tecer no seio da discussão elementos que nos façam indagar e projetar a descentralização de um currículo hegemônico e eurocêntrico.

Compreendemos ainda, que o multiculturalismo é uma abordagem que possibilita o repensar esse discurso, contribuindo assim para o debate sobre a necessidade de uma elaboração de um currículo que problematize as diferenças e questões socioculturais. Este currículo a que nos referimos, pode ser entendido como um contexto de discursos, significados e sentidos que se dá a partir de um dado ponto de vista/teórico para a organização de uma vida escolar.

Como um campo de possibilidades e transformação social entendemos que o multiculturalismo é uma forma de promover o diálogo e o confronto com as subjetividades e a essência da utopia se torna um elemento indispensável para que se possa transcender o debate do universalismo e do relativismo cultural. Sendo assim, entendemos que no currículo multicultural o que se busca é a adoção de critérios transculturais, o fortalecimento de poder e emancipação, reconhecendo a incompletude da cultura e por isso entender a necessidade de se engajar em diálogos culturais capazes de ser “desenvolvidos com um pé em uma cultura e o outro na outra” (CANEN E MOREIRA, 2001, p.40).

Por fim, acreditamos na relevância de discutir as questões multiculturais nesses contextos de embates e na literatura sobre currículo, bem como na importância de as formações de professores e discentes não se distanciar de um projeto curricular envolvendo as sociedades plurais existentes, principalmente quando se busca uma educação que valorize a experiência humana a partir de uma construção mais democrática de sociedade e cada vez mais plural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2013. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (orgs.). **Ênfases e omissões no currículo.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

CUNHA, Kátia Silva. **A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo das políticas públicas em educação.** Revista Estudos Políticos, n. 7, 2013/2, ISSN 2177-2851.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios. Brasília: CNPq, 2015. (Coleção Contrassensos)

LOPES, Alice Cassimiro. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?** In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Maio /Jun /Jul /Ago. 2004, n 26, p. 109- 119.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias pós-críticas, políticas e currículo.** Educação, Sociedade & Culturas, nº 39, 2013, 7-23.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. **Teorias de currículo.** Editora: Cortez, São Paulo, 2011.

MACEDO, Elisabeth. Currículo: política, cultura e poder. In: **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006.

MACEDO, Elisabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. In: **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 32 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (orgs). **Currículo: Questões Atuais.** 14. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.** 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Orgs). **Currículo: Questões Atuais.** Campinas: SP, Papirus, 1997.

ORLANDI, Eni Punicelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos.** 12 ed. Pontes Editores, Campinas: SP, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p. 227-278.

SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade.** 11.ed. Edições Afrontamento. Porto, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Ed. Almedina S. A, 2009.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma Introdução às teorias do Currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.